

QUESTÃO AGRÁRIA E *CARTOGRAFIA* DOS ASSENTAMENTOS RURAIS NO OESTE GOIANO, GOIÁS¹

*Agrarian question and cartography of the rural settlements in the West Goiano,
Goiás*

Ricardo Junior de Assis Fernandes Gonçalves

Universidade Estadual de Goiás (UEG)

ricardo.goncalves@ueg.br

Hiálida Fernandes Inácio

Universidade Estadual de Goiás (UEG)

fernandeshialida@gmail.com

Resumo

A estrutura agrária do Brasil expressa as marcas de um país desigual e suas implicações sociais, econômicas e políticas. O estado de Goiás não difere da realidade agrária nacional. A formação de seu território é grafada pela hegemonia do latifúndio, coronelismo e poder da oligarquia rural, ainda imiscuídos na política, propriedade rural, produção agropecuária, instituições públicas e privadas. A reforma agrária, neste sentido, se arrasta como necessidade história enquanto política capaz de tocar nos privilégios de classe, transformar a distribuição da terra, propiciar dignidade aos trabalhadores e favorecer a construção de uma sociedade justa. Sendo assim, o objetivo da pesquisa foi *cartografar* a territorialização da política nacional de assentamentos rurais na região do Oeste Goiano, Goiás. A metodologia contou com procedimentos de pesquisa qualitativa e quantitativa. Acredita-se que a política de assentamentos rurais coadjuva com o acesso a terra por trabalhadores que lutam por reforma agrária e território, favorece ainda a organização do espaço pelo campesinato e suas formas de relacionar com o solo, água, sementes e alimentos.

Palavras-chave: Questão agrária. Território. Luta pela terra. Reforma Agrária.

Abstract

The agrarian structure of Brazil expresses the marks of an unequal country and its social, economic and political implications. The state of Goiás does not differ from the national agrarian reality. The formation of its territory is illustrated by the hegemony of latifundio, coronelismo and power of the rural oligarchy, still imiscuidos in politics, rural property, agricultural production, public and private institutions. Agrarian reform, in this sense, takes as a necessity history as a policy capable of touching the privileges of class, transform the distribution of land, provide dignity to workers and promote the construction of a just society. Therefore, the objective of the research was to map the territorialization of the national policy of rural settlements in the region of West Goiano, Goiás. The methodology used qualitative and quantitative research procedures. It is believed that the policy of rural settlements contributes to the access to land by workers who

¹ Parte dos resultados apresentados neste artigo é resultado da pesquisa de Iniciação Científica (IC) realizada pela aluna Hiálida Fernandes Inácio, do Curso de Geografia da UEG – Campus Iporá.

struggle for agrarian reform and territory, also favors the organization of space by the peasantry and their ways of relating to soil, water, seeds and food.

Keywords: Agrarian question. Territory. Fight for land. Land reform.

Introdução

O latifúndio é um mar interior. Tem seus cardumes de peixe miúdo e comestível, suas barracudas e piranhas de má morte, seus animais pelágios, leviatãs ou mantas gelatinosas, uma bicheza cega que arrasta a barriga no lodo e morre sobre ele, e também grandes anéis serpentinicos de estrangulação. É mediterrânico mar, mas tem marés e ressacas, correntes macias que levam tempo a dar a volta inteira, e às vezes rápidos surtos que sacodem a superfície, são rajadas de vento que vem de fora ou desaguamentos de inesperados fluxos, enquanto na escura profundidade se enrolam lentamente as vagas, arrastando a turvidão da nutriente vasa, há quanto tempo isto dura. São comparações que tanto servem como servem pouco, dizer que o latifúndio é um mar, mas terá sua razão de fácil entendimento, se esta água agitarmos, toda a outra em redor se move, às vezes de tão longe que os olhos o negam, por isso chamaríamos enganadamente pântano a este mar, e que o fosse, muito enganado vive quem de aparências se fia, sejam elas de morte (SARAMAGO, 1980, p. 319).

A epígrafe extraída do livro *Levantado do Chão*, romance publicado em 1980 pelo escritor português José Saramago (1922-2010), traduz uma narrativa prosaica que exprime as forças opressoras do latifúndio contra trabalhadores fadados ao trabalho miserável nas terras do Alentejo, região do centro-sul de Portugal. A prosa de Saramago tece críticas violentas à estrutura tirânica do latifúndio e dos poderes do Estado e da Igreja, chamados por ele de “a santíssima trindade”. Narra a urdidura da exploração da classe trabalhadora rural que experimenta gerações imiscuídas em ambientes de sacrifícios, mortalidade infantil, analfabetismo e fome. No entanto, os mesmos trabalhadores constroem suas lutas, enfrentam as forças do latifúndio e levantam-se do chão para caminharem num horizonte de utopias, consciência política e emancipação. Saramago, com seu livro, também acentua a pedagogia corajosa da organização coletiva, da resistência e esperança que cresce num território onde se poderá dizer: “este sol é de justiça” (SARAMAGO, 1980, p. 364).

Em suma, ler o romance *Levantado do Chão* convida também para refletir sobre a realidade agrária do Brasil, sua histórica formação social e econômica com mais de cinco séculos de latifúndios, trabalhadores expropriados, pilhados e explorados por coronéis, políticos, grandes proprietários e empresários rurais. Mas, terra de onde se arvoram organizações coletivas de trabalhadores no campo e na cidade, que lutam e resistem diante das forças opressoras, acreditam na educativa tomada de consciência política, enfrentam o latifúndio, a desigualdade, o desemprego e abrem caminhos luminosos rumo a uma sociedade justa. Logo, a luta pela terra, reforma agrária, território e criação de assentamentos rurais no Brasil exemplificam essas ações, ilustram conquistas da classe trabalhadora.

Com efeito, luta pela terra, reforma agrária e defesa dos territórios da existência coletiva e comunitária na Região do Oeste Goiano, Goiás, compõe a centralidade das problematizações que nortearam a presente pesquisa, tais como: quais municípios desta Região de planejamento possuem Assentamentos de Reforma Agrária? Há quantos assentamentos e famílias assentadas em cada um deles? Como os referenciais teóricos e metodológicos da Geografia Agrária e da Sociologia Rural contribuem para interpretarmos o tema de estudos proposto?

Neste sentido, o objetivo da pesquisa foi construir uma “cartografia dos Assentamentos Rurais” na Região Oeste Goiano, Goiás. Para isso, no primeiro momento procuramos fortalecer a compreensão teórica e metodológica sobre a questão agrária brasileira e em Goiás, referenciados em estudos sobre estrutura fundiária, conflitos no campo, luta pela terra, reforma agrária e território. Feito isto, procedemos da identificação e mapeamento dos assentamentos localizados na região do Oeste Goiano, Região de planejamento do Estado de Goiás que possui uma área de 52.687,10 km² e um total de 43 municípios. Território onde vivem aproximadamente 350.391 habitantes (IMB, 2018).

Os procedimentos metodológicos contam técnicas de pesquisa quantitativa e qualitativa como revisão bibliográfica, coleta de dados estatísticos, elaboração de tabelas e mapas. As fontes estatísticas para tabulação dados em tabelas, gráficos e mapas serão acessados em fontes como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Instituto Mauro Borges – (IBM), Sistema Estadual de Geoinformação de Goiás (SIEG), cooperativas e prefeituras municipais localizadas no Oeste Goiano.

Em suma, acredita-se que os resultados apresentados na pesquisa colaboram com a leitura geográfica que busca interpretar as complexas formas de organização, luta, contradição e conflito tecidas na formação econômica e social do espaço agrário de Goiás e do Brasil.

A questão agrária e os itinerários de lutas, resistências e emancipação no território brasileiro

A formação econômica e social do espaço agrário e o processo de expansão do capitalismo no campo brasileiro revelam a arquitetura da estrutura fundiária e do acesso a terra, que historicamente privilegiou os grandes proprietários, latifundiários, coronéis e empresariado rural. Por outro lado, povos indígenas, quilombolas, camponeses, ribeirinhos e demais trabalhadores expõem um quadro e uma paisagem social de expropriação, violência e exploração que fazem do Brasil um território desigual e excludente dos sujeitos “desclassificados da terra”.

Conforme Fernandes, Welch e Gonçalves (2014) o Brasil possui uma longa história de políticas fundiárias e de permanência da estrutura fundiária desigual. Desde o século XVI emergiram exemplos de políticas que trataram da questão fundiária, como as capitânicas hereditárias e as sesmarias. No século XIX surgiu a Lei de Terras de 1850² e no século XX a Constituição de 1946, o Estatuto da Terra de 1964 e a Constituição de 1988. No entanto, mesmo diante das experiências e das diversas formas de governos que criaram normas de intervenção para tratar dos problemas da concentração fundiária e das formas de uso da terra, a questão agrária brasileira não foi solucionada, continua desigual e concentrada por uma minoria de proprietários rurais (FERNANDES; WELCH; GONÇALVES, 2014).

Dessa maneira, a questão agrária é a expressão de um conjunto de problemas intrínsecos ao capitalismo, inerente ao desenvolvimento da agropecuária e aos conflitos, lutas e resistências protagonizadas pelos trabalhadores no bojo das relações desiguais e de classe no campo brasileiro. Com efeito, Fernandes (2001) é enfático ao defender que os problemas tocantes à questão agrária possuem conexão central com a propriedade da terra e, por

² Para Martins (1983, p.41-42), a Lei de Terras “instituiu um novo regime fundiário para substituir o regime de sesmarias suspenso em julho de 1822 e não mais restaurado. Nesse meio tempo, ter-se-ia multiplicado o número de posseiros em todo o país. A Lei de Terras proibia a abertura de novas posses, estabelecendo que ficavam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não fosse o de compra. [...] A Lei de Terras transformava as terras devolutas em monopólio do Estado e Estado controlado por uma forte classe de grandes fazendeiros”.

consequência, com a estrutura fundiária do país. Soma-se ainda os processos de expropriação e exploração dos trabalhadores rurais, a luta pela terra, reforma agrária e defesa dos territórios de existência coletiva, a violência no campo, a segurança e soberania alimentar, os modelos de desenvolvimento da agropecuária e seus padrões tecnológicos e científicos, as políticas agrícolas, o acesso ao mercado, o acesso a terra, saúde, educação, moradia, a dignidade das famílias camponesas. Tudo isso, traduz-se no seio de perspectivas econômicas, sociais e políticas (FERNANDES, 2001).

Por conseguinte, a transformação do latifúndio - das terras improdutivas e que, portanto, não cumprem a função social da propriedade - em assentamentos rurais com partilha da terra entre os assentados³ é uma conquista que parte da organização dos trabalhadores. Efetiva-se na ação concreta da luta pela terra e pela reforma agrária no contexto da histórica questão agrária brasileira, sendo a estrutura fundiária desigual um de seus principais elementos. Portanto, concorda-se com Fernandes (2001), ao afirmar que a existência de milhares de assentamentos em diferentes regiões do Brasil não é somente o resultado das políticas do Estado, mas, muito mais das lutas construídas pelos trabalhadores. Desse modo, a conquista da terra através da política de assentamentos significa a construção de um novo território. É outra lógica de (re)ordenamento do espaço geográfico. Para Fabrini (2002, p. 74) “a realização do assentamento, etapa posterior à ocupação, se constitui na materialização e construção do território camponês”.

À vista disso, destaca-se que “o avanço da luta pela terra tem mantido a reforma agrária na pauta política do estado. Todavia, até o momento o Estado não tem sido competente para efetivar uma política de reforma agrária que desconcentre a estrutura fundiária” (FERNANDES, 2001, p. 27). No entanto, a presença de assentamentos em todo o território brasileiro revela a cartografia ou legendas espaciais da lutas no campo, atualiza o debate sobre a estrutura fundiária desigual e da necessidade da reforma agrária enquanto política pública eficaz para a construção de uma sociedade com mais igualdade e justiça social. Isso significa a democratização da estrutura fundiária e a consequente desconcentração da propriedade da terra.

³ “[...] o termo assentamento e assentado estão carregados de uma complexidade e heterogeneidade de características que a generalização não explica. O assentado sem-terra não se constitui como sujeitos sociais homogêneos e o assentamento não é apenas um conjunto de famílias vivendo num espaço ou área de terra onde se dedica à produção agropecuária” (FABRINI, 2002, p. 112).

Logo, na região do Oeste Goiano, Goiás, as experiências de criação de assentamentos rurais pelo INCRA revelam novas formas do campesinato apropriar, organizar e se organizar no território. Não expõem apenas as dinâmicas das formas de usos do solo e produção agrícola e pecuária. A “cartografia dos assentamentos rurais” no Oeste Goiano expressa a territorialização de lutas, resistências, conquistas, sonhos, atuação de movimentos sociais e formação de base. Como afirma Fabrini (2002, p. 112)

Os assentamentos de sem-terra não são apenas lugares dedicados à produção agrícola/pecuária/agroindustrial, mas também o lugar do debate político, no qual discutem-se questões como a conquista da terra e a continuidade articulada das lutas. Os assentamentos são um “campo fértil” para que os ideais possam se materializar e as utopias não morrerem. A conquista da terra, ao contrário de evidenciar um “desencantamento do mundo”, possibilita esperança aos trabalhadores sem-terra, pois a partir dessa conquista, o assentado assume a condição de incluído, não somente do ponto de vista da produção, mas também de uma inclusão social e política.

Com efeito, uma “cartografia dos assentamentos rurais” no Oeste Goiano, Goiás, expressa formas de relacionar-se com o território que contrapõem as narrativas hegemônicas que representam os usos da terra, da água, das sementes e das matas como se tudo fosse passível de mercantilização da natureza, de sua transformação em *commodities*. Os assentamentos rurais são, portanto, urdidos por conteúdos históricos, políticos e sociais questionadores da estrutura fundiária desigual em Goiás e no Brasil, problematizadores das políticas agrícolas de privilégios ao agronegócio, referência concreta das lutas dos trabalhadores sem terra ou daqueles que enfrentam desafios cotidianos para defenderem seus “territórios de vida”. São, por fim, expressivos dos itinerários de lutas, resistências, emancipação e conquista do território camponês no qual a produção social da existência deleita-se da estação duradoura da dignidade humana.

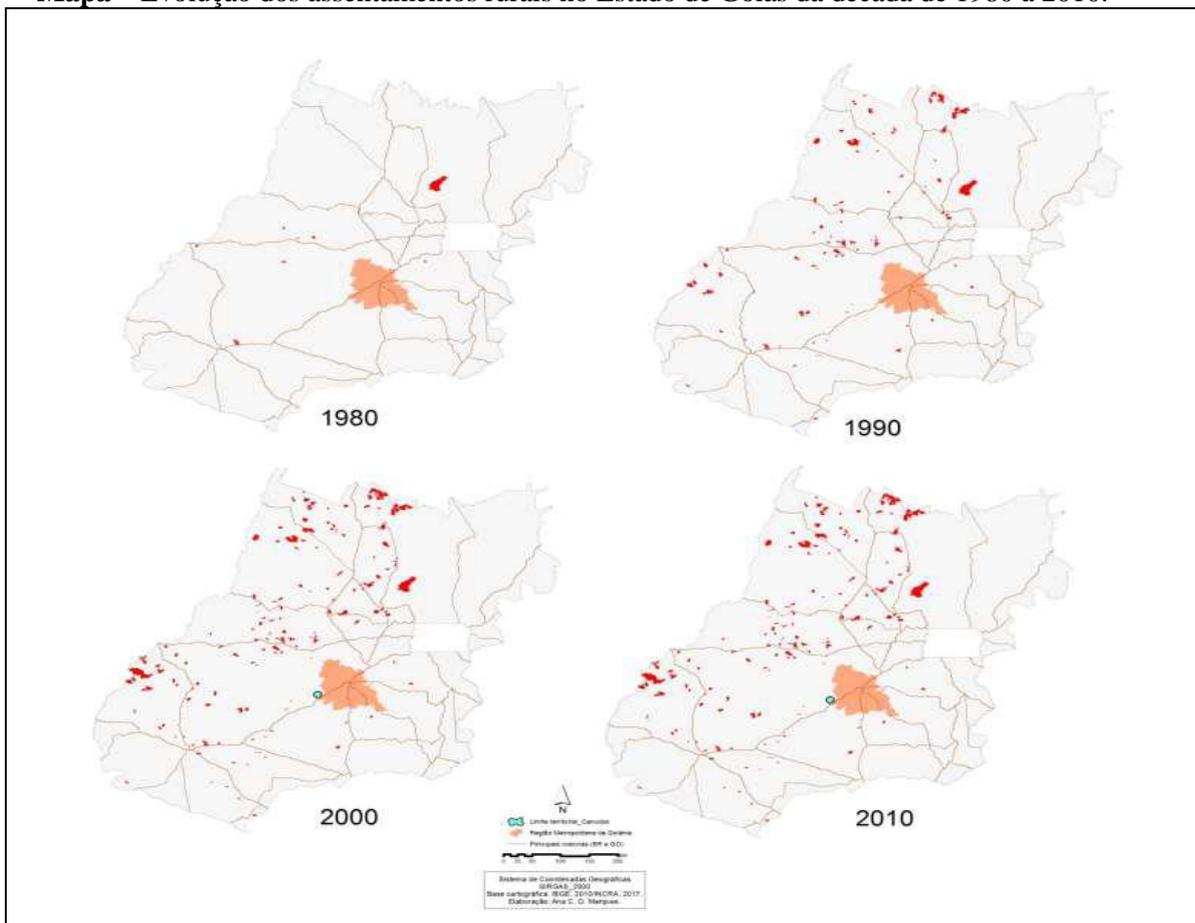
A “cartografia dos assentamentos rurais” na região do Oeste Goiano, Goiás

A formação territorial de Goiás fundou-se na violência contra os indígenas para abrir suas terras originárias ao processo de exploração impetuosa dos aluviões de ouro. Sustentou-se na pilhagem do trabalho escravo nas minas que abasteciam a voracidade faminta da coroa portuguesa por metais preciosos. Desenvolveu-se no lastro do controle latifundiário da terra,

crueldade dos coronéis, covardia dos políticos ligados à elite agrária, expropriação implacável de posseiros, quilombolas, indígenas e camponeses. É, portanto, uma história que não cabe na prosa de apenas um romance, na crônica ou nos versos e estrofes de um poeta, nas dissertações e teses dos cientistas. Ela está grafada é na pele, no corpo e na alma ferida dos trabalhadores e povos tradicionais que habitaram ou ainda resistem neste território.

Por isso, considera-se a relevância das lutas e resistências camponesas e dos trabalhadores sem terra, as experiências de ocupações de latifúndios, a militância dos movimentos sociais e a territorialização de formas de organização do espaço camponês como os assentamentos rurais. Logo, o primeiro assentamento rural criado pelo Incra em Goiás foi o Assentamento Mosquito, em 1986 no município de Goiás. A partir desta experiência inaugural, nos anos e décadas seguintes, formou-se uma nova legenda espacial do acesso a terra em Goiás pela política de assentamentos rurais. (Mapa 1).

Mapa – Evolução dos assentamentos rurais no Estado de Goiás da década de 1980 a 2010.



Fonte: Marques (2017, p. 58).

A territorialização da política de assentamentos rurais em Goiás possui uma legenda espacial que mapeia as distintas regiões de atuação da Superintendência Regional do Inca em Goiás (SR-04), com exceção das regiões Nordeste e do Entorno do Distrito Federal, que estão sob outra jurisdição da Superintendência do Inca, a do Distrito Federal e Entorno (SR-28).

Neste sentido, destaca-se que a maior parte dos assentamentos de reforma agrária implementados pelo Inca Goiás em 82 municípios do Estado nas últimas três décadas está concentrada nas regiões Oeste e Norte. Isto equivale dizer que, 67,5% do total de famílias assentadas e 56% de todos os assentamentos rurais criados em Goiás estão distribuídos geograficamente nas regiões Norte e Oeste (INCRA GOIÁS, 2018).

Tabela 1 - Assentamentos rurais e famílias assentadas conforme as Regiões de Planejamento em Goiás

REGIÃO DE PLANEJAMENTO	NÚMERO DE ASSENTAMENTOS	FAMÍLIAS ASSENTADAS
Norte	99	5.448
Oeste	73	3.229
Noroeste	57	1.526
Sudoeste	40	1.384
Sudeste	07	174
Centro	22	966
Sul	08	296

Org.: Gonçalves e Inácio (2018).

Fonte: INCRA GOIÁS (2018).

Apenas a região Oeste Goiano concentra 24% dos assentamentos rurais sob a jurisdição da Superintendência do Inca em Goiás. Constata-se ainda que são 73 assentamentos e 3.182 famílias assentadas. Os assentamentos rurais estão localizados em diferentes municípios, ocupam áreas com tamanhos variados e possibilitam que centenas de famílias contribuam com a constituição de territórios camponeses nesta região. (Tabela 2).

Tabela 2 – Relação entre Assentamento Rurais, municípios, área (ha) e famílias assentadas no Oeste Goiano, Goiás.

ASSENTAMENTO RURAL	MUNICÍPIO	ÁREA (HA)	FAMÍLIAS ASSENTADAS
Ribeirão do Meio	Anicuns	-	41
São Pedro	Aragarças	2065,9	27
Vale do Araguaia	Baliza	4237,2	83
Vitória do Nativo	Baliza	1072,9	20
Bebedouro	Baliza	4247,2	32
Oziel Alves Pereira	Baliza	38714,7	529
Nova Aliança	Baliza	430,6	09
Novo Tempo	Bom Jardim de Goiás	2769,8	31
Miceno Moreira de Barros	Bom Jardim de Goiás	1131,7	12
Califórnia	Bom Jardim de Goiás	2602,5	58
Sonho de Rose	Bom Jardim de Goiás	750,1	13
Jair Ezequiel Rodrigues	Bom Jardim de Goiás	985,4	24
Campo Formoso	Bom Jardim de Goiás	2325,4	32
Mixirica	Bom Jardim de Goiás	1021,8	09
Nova Pousada	Bom Jardim de Goiás	1317,6	11
Serra Negra	Bom Jardim de Goiás	537,9	15
Pequena Vanessa II	Bom Jardim de Goiás/Aragarças	11099,8	132
Irmã Odília	Buriti de Goiás	323,1	08
Cachoeira Bonita	Caiapônia	3297,3	64
Morrinhos	Caiapônia	955,8	20
Lagoa da Serra	Caiapônia	5160,4	105
Conquista	Caiapônia	2269,6	34
Nossa Senhora da Abadia	Caiapônia	2527,8	39
Vale da Boa Vista	Caiapônia	2532,8	44
Dom Carmelo Scampa	Caiapônia	1719,1	30
Eldorado dos Carajás	Caiapônia	1163,2	29
Padre Ilgo	Caiapônia	7557,1	118

Keno	Caiapônia	3965,3	46
Querência	Caiapônia	729,7	18
Morrinhos II	Caiapônia	321,3	08
Café Abelha	Doverlândia	1125,2	31
Recanto Sonhado	Doverlândia	600,7	17
Boa Vista II	Doverlândia	197,9	05
Flamboyant	Doverlândia	1451,8	19
Três Marias	Doverlândia	2372,8	43
Monte Sinai	Doverlândia	2610,1	29
Talismã	Doverlândia	297,7	07
Araúna	Doverlândia	378,3	08
Lebre	Doverlândia	3893,3	103
Macaúba	Doverlândia	2328,9	25
Nossa Senhora Aparecida	Doverlândia	1032,1	32
Aleluia	Doverlândia	245,3	05
Azes do Araguaia	Doverlândia	4061,0	106
Primavera	Doverlândia	2524,2	51
Nova Esperança	Doverlândia	1469,1	33
Mamoneiras	Fazenda Nova	1949,6	52
Nossa Senhora de Fátima	Fazenda Nova	3670,2	80
Serra do Facão	Fazenda Nova	516,4	11
Francisco Roque da Cruz	Fazenda Nova	707,9	15
Bom Prazer	Fazenda Nova	1267,7	32
Albino Vieira	Jussara/Fazenda Nova	1954,4	47
Padre Nilo	Iporá/Amorinópolis	1463,6	32
Itapira	Itapirapuã	1042,9	24
Arco Íris	Itapirapuã	428,5	09
Tamboril	Itapirapuã	884,2	20
Liberdade	Itapirapuã	2196,7	54
Boa Vista	Itapirapuã	1228,6	21

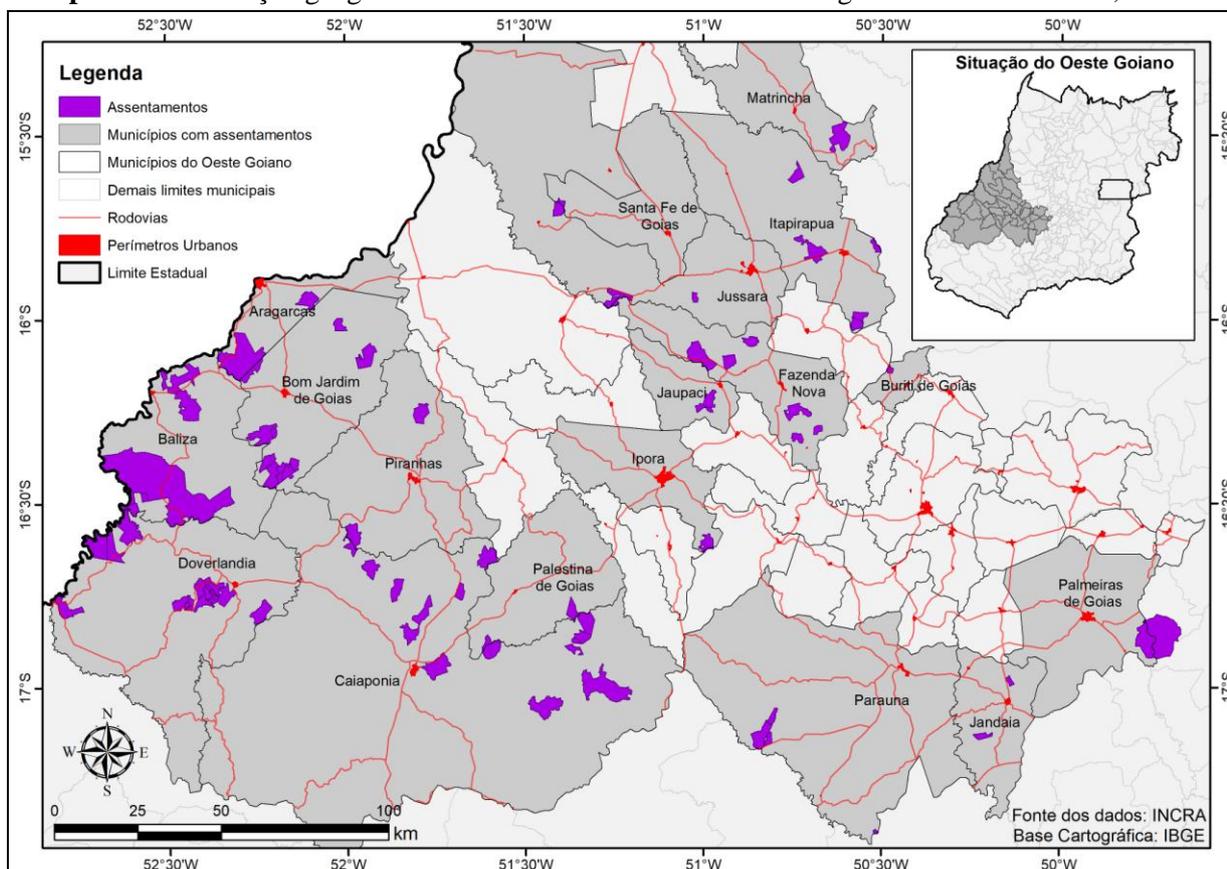
Retiro Velho	Itapirapuã	609,7	19
Paulo Freire	Jandaia	697,5	18
Cachoeirinha	Jandaia	361,8	16
São José do Rosário	Jaupaci	645,6	07
Padre Galileu Martins da Silva	Jaupaci	1290,5	43
Albino Vieira	Jussara	-	47
Reata	Jussara	428,9	13
Esmeralda Maria	Novo Brasil	987,3	14
Padre José	Palestina de Goiás	1334,5	20
Canudos	Palmeira de Goiás	12773,9	314
José Carlos da Silva	Paraúna	721,7	10
Geraldo Machado	Paraúna	148,1	03
Canadá	Paraúna	608,6	17
Fortaleza	Piranhas	1960,9	39
Nascente São Domingos	Piranhas/Caiapônia	2873,2	67
Bom Jesus do Araguaia	Santa Fé de Goiás	1362,1	30

Org.: Gonçalves e Inácio (2018).

Fonte: INCRA GOIÁS (2018).

A identificação e o mapeamento da distribuição geográfica dos assentamentos rurais na região do Oeste Goiano (Tabela 2 e Mapa 2) expõem a cartografia não apenas desta política do Governo Federal, mas, também das novas territorialidades que tecem esta região. Territorialidades aglutinadoras de usos da terra para a produção de alimentos saudáveis, conquista da autonomia camponesa, práticas culturais e simbólicas, reuniões em grupo, ação de movimentos sociais e entidades como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), luta por políticas de desenvolvimento rural/territorial que priorizem suas demandas, luta por uma existencial digna na *terra de trabalho*.

Mapa 2 – Distribuição geográfica dos Assentamentos de Reforma Agrária no Oeste Goiano, Goiás.



Elaboração: Nascimento, 2017.

A região Oeste Goiano destaca-se por concentrar alguns dos municípios com maior número de assentamentos rurais implantados pelo Inbra no Estado, como Doverlândia, com 15 assentamentos; e Caiapônia, com 12 assentamentos⁴. Com relação ao número de famílias assentadas o município de Baliza destaca-se com 673, a maior cifra do Estado⁵. Baliza também possui o segundo maior assentamento rural em termos de tamanho da área, o Assentamento Oziel Alves Pereira, com mais de 38 mil hectares⁶ (IN CRA GOIÁS, 2018).

⁴ Goiás, na região Noroeste Goiano, é o município com maior concentração de assentamentos criados pelo Inbra no Estado, um total de 24 (IN CRA GOIÁS, 2018).

⁵ Seguido por Montividiu do Norte, na região Norte, com 661 famílias; e Goiás, que possui 656 famílias assentadas (IN CRA GOIÁS, 2018).

⁶ De acordo com informações do IN CRA GOIÁS (2018, p. 1) “Em termos estritos de tamanho, a maior área pertence ao assentamento Acaba Vida, no município de Niquelândia, com mais de 46 mil hectares e 59 famílias assentadas (atualmente, o Inbra está no local, em uma nova etapa de assentamento de famílias e de regularização das que ocupam lotes no Acaba Vida)”.

Sem assim, as análises do processo de territorialização de assentamentos rurais em Goiás, e particularmente na região Oeste Goiano, contribuem para refletirmos sobre os paradigmas atuais de planejamento rural/territorial no campo brasileiro. Chama-se a atenção para o fato de que se convêm unificar os campos do diagnóstico integrado com as realidades territoriais dos sujeitos envolvidos, neste caso, os agricultores familiares camponeses assentados.

Ainda, a recomendação de que a interpretação dos fenômenos territoriais, dos espaços de vida e trabalho nos assentamentos rurais, não pode furtar da identificação viva e presente dos projetos, desafios, ações e lutas dos trabalhadores para permanecerem em seus territórios. Isto porque as lutas das famílias camponesas não se encerram com o acesso a terra, elas continuam, são contínuas, extrapolam as cercas do lote ou do assentamento e entremeiam as políticas públicas, o acesso aos mercados curtos, a educação dos filhos, a saúde, a justiça.

Considerações finais

O trabalho de pesquisa exposto partiu dessas considerações: primeiramente pretendeu-se compreender os principais elementos que compõem a questão agrária brasileira. Para isso, o diálogo teórico com pesquisadores do campo da Geografia Agrária foi fundamental. Logo depois, desenvolveu-se um levantamento meticuloso de dados e informações do espaço agrário goiano com o objetivo de espacializar os assentamentos, proceder de uma “cartografia dos assentamentos rurais”. Ademais, além de localizá-los no território do Oeste Goiano, foram produzidas legendas, classes e variáveis que levem maiores informações dos assentamentos e dos assentados. Entre elas, destacam-se: os municípios com assentamentos; a área de cada assentamento identificado; e a quantidade de famílias assentadas.

O mapeamento feito permitiu e permitirá o maior alcance da interpretação das territorialidades que permeiam a região do Oeste Goiano, a presença dos assentamentos, das suas possibilidades e dos desafios dos camponeses que vivem e trabalham nestes territórios. Além disso, revelar que a criação dos assentamentos rurais implica mudanças políticas, sociais e econômicas nesta região de Goiás, com implicações diretas nas formas de gestão do território ou do novo arranjo territorial local e regional.

Sublinha-se também que conforme os trabalhos de campo e entrevistas com camponeses assentados foi possível identificar um conjunto de demandas que afligem a

realidade de muitas famílias nos assentamentos rurais. Entre elas, destacam: acesso às políticas de crédito rural; acesso às políticas de comercialização dos alimentos, como Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); extensão rural efetiva e contínua; fomento às formas de organização em associações e cooperativas; maior apoio dos governos municipais; problemas na disponibilidade hídrica; recuperação de nascentes degradadas; processamentos dos alimentos; orientação técnica para o aproveitamento dos frutos do Cerrado; incentivo aos mercados curtos como as feiras livres e da agricultura familiar.

Por fim, conforme o mapeamento realizado percebeu-se que houve avanços na territorialização de assentamentos, mas, ainda há demandas por terras na região, constatação verificada por meio dos acampamentos nas beiras de estradas e das formas de organização e luta dos trabalhadores sem terra. Há, portanto, que estimular a luta por mais assentamentos. Além de que, cabe fomentar a organização de demandas dos trabalhadores junto aos movimentos sociais e órgãos competentes para a expansão dos territórios coletivos dos camponeses.

Referências

CAUME, D. J. *O MST e os assentamentos de reforma agrária: a construção de espaços sociais modelares*. Passo Fundo: Ed. da Universidade de Passo Fundo. Goiânia: Editora da UFG, 2006.

FABRINI, J. E. *Assentamentos de trabalhadores sem-terra: experiências e lutas no Paraná*. Marechal Candido Rondon: LGeo, 2001.

_____. *Os assentamentos de trabalhadores rurais sem terra do Centro-Oeste/PR enquanto território de resistência camponesa*. 284f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Campus de Presidente Prudente/SP, 2001.

FERNANDES, B. M. *Questão agrária, pesquisa e MST*. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. *Brasil: 500 anos de luta pela terra*. 1999. Disponível em: http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/servicos/publicacoes/outras-publicacoes/brasil_500_anos_de_luta_pela_terra_.pdf. Acesso em 23 de jun./2010.

_____. *Soberania alimentar como território*. Presidente Prudente: mimeo, 2010.

_____. Entrando nos territórios do território. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (Org.). *Campe sinato e territórios em disputa*. São Paulo: Expressão Popular: UNESP: Programa de Pós-graduação em Geografia, 2008c, p. 273–301.

_____. ; WELCH, C. A.; GONÇALVES, E. C. *Os usos da terra no Brasil: debates sobre políticas fundiárias*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

IMB – Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. 2018. Disponível em: < <http://www.imb.go.gov.br/>>. Acesso em: 20/06/2018.

INCRA GOIÁS. *Os assentamentos em Goiás*. 2018. Disponível em: <<https://incragoias.wordpress.com/distribuicao-dos-assentamentos-no-estado-de-goias/>>. Acesso em: 20/06/2018.

_____. *Números da Reforma Agrária em Goiás*. 2018. Disponível em: <<https://incragoias.wordpress.com/distribuicao-dos-assentamentos-no-estado-de-goias/>>. Acesso em: 20/06/2018.

MARQUES, A. C. de. O. *Cartografia das moradias em Canudos: a dimensão política do morar*. Tese (Doutorado em Geografia), Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia/GO, 2017.

MARTINS, J. de S. *Expropriação e violência: a questão política no campo*. São Paulo: Hucitec, 1980.

_____. *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. Petrópolis: Vozes, 1983.

OLIVEIRA, A. U de. *A agricultura camponesa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991.

_____. *A geografia das lutas no campo*. 6.ed. São Paulo: Contexto, 1996.

_____. *Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária*. FFLCH São Paulo, 2007.

SARA MAGO, J. *Levantado do chão*. Lisboa: Caminho, 1980.

Sobre o autor e a autora

Ricardo Junior de Assis Fernandes Gonçalves

É doutor em Geografia pelo Instituto de Estudos Sócio-Ambientais da Universidade Federal de Goiás - IESA/UFG (2016). Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Goiás - UFG / Regional Catalão (2012). Graduação em Geografia pelo Centro Universitário do Cerrado - UNICERP (2007). Atualmente é professor do Curso de Geografia da Universidade Estadual de Goiás - UEG / Campus Iporá, e do Mestrado Acadêmico em Língua, Literatura e Interculturalidade ? POSLLI, da UEG - Campus Coralina. Editor Chefe da Revista Sapiência: sociedade, saberes e práticas educacionais. É pesquisador colaborador externo do Laboratório de Estudos e Pesquisas das Dinâmicas Territoriais (LABOTER/IESA/UFG). Pesquisador colaborador dos Grupos Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade (PoEMAS / UFJF) e Trabalho Território e Políticas Públicas (TRAPPU / IESA-UFG). Foi da diretoria da Associação dos Geógrafos Brasileiros - AGB - Seção Goiânia (2014 - 2015). Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Agrária e Geografia do Trabalho. Dedicar-se ao estudo e pesquisa dos seguintes temas: geografia e literatura, agricultura familiar camponesa, pesquisa qualitativa em geografia, território, conflitos socioambientais, mineração e Grandes Projetos de Desenvolvimento.

Currículo Lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4209774Y0>

Hiálida Fernandes Inácio

Aluna do Curso de Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Goiás – Campus Iporá. Foi Bolsista de Iniciação Científica (IC).

Currículo Lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K8246499U1>

Artigo Recebido em Maio de 2018.
Artigo aceito para publicação em Julho de 2018.